



Revista Brasileira de Direito Público - RBDP Belo Horizonte, ano 13, n. 51, out./dez. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Crise política e sua solução institucional: reflexões sobre o controle político no Brasil
José Afonso da Silva
- ◆ O princípio da integração ambiental e a simplificação do Estado
Rafael Lima Daudt d'Oliveira
- ◆ A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios
Rafael Carvalho Rezende Oliveira
- ◆ O silêncio e o direito
Regina Ferrari
- ◆ A retrocessão
Clovis Beznos
- ◆ Expressão constitucional da função social da propriedade no ordenamento jurídico brasileiro: a propriedade é uma função ou o proprietário tem função?
Georges Louis Hage Humbert
- ◆ Serviço público e concorrência
Diogo Albaneze Gomes Ribeiro
- ◆ Modelos estaduais de Parcerias Público-Privadas
Edite Hupsel
- ◆ Transparência, processualidade e meio ambiente
Wallace Paiva Martins Junior
- ◆ Poder Judiciário e participação popular: reflexões à luz do Estado Constitucional Social Democrático de Direito
Alberto Shinji Higa

Especial

- ◆ Concurso para professor titular da FGV Direito SP – Memorial de Carlos Ari Sundfeld
- ◆ Carlos Ari Sundfeld

Jurisprudência Seleccionada

Acórdão na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Constitucional – Servidor público – Artigo 37, inciso XI, da CF/1988 – Base de cálculo para incidência do teto remuneratório – Valor bruto e integral recebido pelo agente político referência na unidade federativa – Definição de remuneração/proventos

◆ Supremo Tribunal Federal

ADI – Servidor público – Teto remuneratório – Lei ordinária que estabelece subteto aplicável aos servidores da Justiça desvinculado do subsídio mensal dos Desembargadores – Artigo 37, XI, §12º, da Constituição Federal de 1988 – Definição de “subteto do subteto” – Fixação de valor diferenciado e menor – Tratamento injustificadamente mais gravoso aos servidores do Poder Judiciário – Lei estadual declarada inconstitucional